



**A IMERSÃO EM REDES SOCIAIS:
A CONFIANÇA, O OPORTUNISMO E A ORDEM NA PERSPECTIVA DA
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**

DAYANE FREIRE ROMAGNOLO

IVAN DE SOUZA DUTRA

CARLOS EDUARDO DE LIMA

Artigo aceito para publicação em 21/12/2022
DOI: 10.5433/2318-9223.2022v10n1p55-77

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de compreender como se manifestam os elementos de confiança, oportunismo e ordem nas relações sociais oriundas da participação cidadã no Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL). O referencial teórico teve como temas: Nova Sociologia Econômica e a Imersão de Redes Sociais, mediante os elementos de Confiança, Oportunismo e Ordem, bem como a participação cidadã no contexto dos movimentos sociais. O percurso metodológico contemplou: a pesquisa qualitativa por meio do estudo de caso, cuja unidade de análise emergiram do conjunto de atores que se organizam nas ações de participação cidadã no âmbito do MSPL que, em diferentes perspectivas, configurou uma estrutura de relações sociais; a realização de entrevistas bem como a utilização de dados secundários; e a análise de dados com base no critério semântico. Os elementos se manifestam nas ações do MSPL a partir da própria rede de relações sociais formada pelos membros que assegura a confiança no desenvolvimento das ações e limita possíveis comportamentos oportunistas. Quando a má-fé não ocorre ou não é percebida, a confiança dos atores e seus laços são fortalecidos, promovendo a ordem e a continuidade do movimento, desenvolvendo um papel fundamental em seu processo social.

PALAVRAS-CHAVE. Imersão Social. Confiança. Oportunismo. Ordem. Participação Cidadã.

**IMMERSION IN SOCIAL NETWORKS:
TRUST, OPPORTUNISM AND ORDER FROM THE PERSPECTIVE OF CITIZEN
PARTICIPATION**

ABSTRACT

This work aims to understand how the elements of trust, opportunism and order are manifested in social relations arising from citizen participation in the Social Movement for Peace in Londrina (SMPL). The theoretical framework had the following themes: New Economic Sociology and the Immersion of Social Networks, through the elements of Trust, Opportunism and Order, as well as citizen participation in the context of social movements. The methodological course included: qualitative research through case study, whose unit of analysis emerged from the set of actors who are organized in citizen participation actions within the SMPL that, in different perspectives, configured a structure of social relations; conducting interviews as well as using secondary data; and data analysis based on semantic criteria. The elements are manifested in the actions of the SMPL from the network of social relationships formed by the members, which ensures confidence in the development of actions and limits possible opportunistic behavior. When bad faith does not occur or is not perceived, the trust of the actors and their ties are strengthened, promoting order and continuity of the movement, playing a fundamental role in its social process.

KEYWORDS. Social Immersion. Trust. Opportunism. Order. Citizen Participation.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, a ideia de que o comportamento humano e organizacional simbolizado pela figura do *homo economicus* e *sociologicus* passou a ser contestada e rediscutida em diversas áreas das Administração e dos Estudos organizacionais. Uma das vertentes teóricas cujo embasamento é refutar esse pressuposto é a Nova Sociologia Econômica, corrente originada da Sociologia Econômica, tendo em Mark Granovetter seu precursor e um de seus maiores difusores a partir da década de 1980 (Wilmers & Aeppli, 2021).

Na Nova Sociologia Econômica, considera-se que os sujeitos se relacionam e estão interconectados, imersos em relações e inseridos no contexto social, o que configura uma posição intermediária entre as visões e substantivista e formalista acerca do comportamento econômico dos indivíduos (Granovetter, 1985). Esse cenário possibilita que haja relações de várias naturezas e tipos de interesses, fazendo com que as abordagens por meio de Redes Sociais e da Imersão Social (ou *embeddedness*) fossem centrais, notadamente, na sociologia econômica norte-americana.

As Redes Sociais são representadas por um conjunto de atores, como pessoas ou organizações, ligados por suas relações sociais ou laços (Granovetter et al., 2000). A Imersão Social, por sua



vez, enfatiza o papel dessas relações concretas, bem como suas redes, no surgimento da confiança e no desencorajamento da má-fé, além de assegurarem a função de manutenção da ordem (Granovetter, 1985).

Dentre as ações socialmente imersas, encontram-se aquelas realizadas por meio de ações de participação cidadã, compreendidas como um processo entre sociedade civil, Estado e mercado, cujos papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações (Teixeira, 2002).

Considerando o âmbito de participação cidadã como um “processo dinâmico e conjunto” (Bögenhold, 2013, p. 300), passível de ser analisado pela ótica da Imersão Social, destaca-se no presente estudo o Movimento Social pela Paz em Londrina – Paraná. Neste arranjo organizacional, iniciado em 2001, a participação cidadã ocorre através de indivíduos com objetivos afins, cujas prerrogativas visam a promoção de uma cultura de paz na cidade.

Além do aspecto contextual, a organização em questão atua em diferentes níveis organizacionais, promovendo por meio de uma rede de colaboradores relações de diversas naturezas. O artigo também corrobora com o campo em utilizar a análise num aspecto local, mais conectado com o território, diferente de visões macro que marcaram o campo nos últimos anos (Bernardino et al., 2021; Kirschbaum 2019).

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é compreender como se manifestam os elementos de confiança, oportunismo e ordem nas relações sociais oriundas da participação cidadã no Movimento Social pela Paz em Londrina. Para atender o proposto, o artigo conta com esta introdução, a revisão de literatura na qual se discute a Nova Sociologia Econômica, a imersão em redes sociais e os movimentos sociais com ênfase na participação cidadã. Posteriormente são apresentados os aspectos metodológicos, os resultados da discussão, e, por fim, as considerações finais.

REFERENCIAL

A “Nova Sociologia Econômica”: as Redes Sociais e a Imersão Social

A expressão “nova sociologia econômica” foi cunhada por Mark Granovetter em uma conferência realizada na Associação Norte-Americana de Sociologia em Washington, D.C., no ano de 1985. De acordo com Swedberg (2004), a mensagem básica era a de que a moderna sociologia econômica, contrastada com a ‘velha sociologia econômica’ dos anos de 1960 (Parsons, Moore etc.), deveria focalizar as instituições econômicas chave (Swedberg, 2004).

Granovetter, baseado na obra “*Economic action and social structure*” de 1985, passou a debater o conceito de “*embeddedness*” e reivindicou o emprego da análise de redes na Sociologia Econômica (SE), passando, desde então, a ser sustentado por ele. Com isso, evidencia-se a forte presença dos elementos de *embeddedness*, redes e a construção social da economia na SE norte-americana, ao contrário da SE disseminada pela Europa, como apresentado por Bourdieu, com abordagem mais estrutural através dos conceitos-chave de *habitus*, campo, interesse e capital (social, cultural etc.) e de Callon e Latour que, juntos, dedicam-se sobretudo à sociologia da ciência e da tecnologia (Swedberg, 2004, p. 10-12).

O trabalho de Granovetter (1985) trata da imersão do comportamento econômico. De acordo com o autor, a visão dominante entre os sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e historiadores tem sido, por muito tempo, a de que esse “comportamento se encontrava profundamente imerso nas relações sociais em sociedades pré-mercantis, mas se tornou muito mais autônomo com o advento da modernização” (Granovetter, 1985, p. 481). Centrado no conceito de *embeddedness* de Polanyi, o autor argumenta sobre três premissas: 1) “a ação econômica é um caso especial de ação social”; 2) “a ação econômica é socialmente situada e incorporada”; e 3) “as instituições econômicas são construções sociais” (Bögenhold, 2013, p. 300).

Nesse sentido, conforme afirma Swedberg (2004, p. 18), no artigo de Granovetter sobre “*embeddedness*”, o autor argumenta que “as atividades econômicas estavam não apenas assentadas em relações sociais, mas também em redes”. Entretanto, no mesmo estudo, Swedberg faz algumas críticas à SE contemporânea. Para ele, essa corrente ficou muito dependente da teoria do enraizamento (definido no presente estudo como *embeddedness* ou Imersão Social), visto que a metáfora básica, nessa perspectiva, é pouco nítida e faz uma divisão abrupta sobre o que é “econômico” e o que é “social”.

Nessa mesma linha, Beckert (2007) aponta duas deficiências no uso da imersão social na NSE. A primeira refere-se ao termo *embeddedness* que foi restringido por Mark Granovetter para a investigação de estruturas de redes sociais. A segunda, mais abrangente, corresponde à imersão social utilizada como um ponto de partida e não vista em sua conexão com os problemas que os agentes do mercado enfrentam, ignorando, de certo modo, os contextos culturais, cognitivos e políticos nos quais a ação econômica ocorre.

Enfatiza-se, no entanto que, ainda que Swedberg (2004) e Beckert (2007) façam críticas ao conceito de imersão social utilizado por Granovetter e apontem para a inclusão dos interesses na análise, esses interesses são socialmente construídos e podem concretizar-se tipicamente apenas por meio de relações sociais (Swedberg, 2004, p. 26-27).



Diferentemente do que ocorre na SE, na Nova Sociologia Econômica (NSE), para Granovetter (1985), os sujeitos se relacionam e estão interconectados, imersos em relações e inseridos no contexto social. Com isso, a NSE perfaz um corpo teórico rico e amplo no que tange os estudos de Redes Sociais. Granovetter, ao incorporar as Redes e a Imersão Social nas análises da SE, trouxe consigo uma nova perspectiva, qual seja, enxergar as relações sociais e, conseqüentemente, as organizações que delas resultam. Dada sua amplitude e capacidade no que tange os fenômenos organizacionais, a próxima seção aprofunda a discussão sobre a NSE ao agregar a Imersão em Redes Sociais por meio dos elementos de confiança, oportunismo e ordem.

Imersão em Redes Sociais: a Confiança, o Oportunismo e a Ordem

No concernente às Redes Sociais, Granovetter (1973) aborda a existência de laços sociais fortes, constituídos por vínculos entre família e amigos íntimos, e a existência de laços sociais fracos, constituídos por pessoas conhecidas que circulam nos diferentes meios. Rede Social é, portanto,

um conjunto de nós ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de tipos específicos. Um laço ou relação entre dois atores tem tanto força como conteúdo. O conteúdo inclui informação, conselho ou amizade, interesses compartilhados ou pertencimentos e, tipicamente, algum nível de confiança (Granovetter et al., 2000, p. 219).

“O conceito de ‘Imersão Social’ dos atores institucionais e do comportamento humano é um rótulo comum para abordagens que tentam lidar com a interação de atores individuais em um processo dinâmico e conjunto” (Bögenhold, 2013, p. 300). O autor salienta que Granovetter vai contra o conceito de *homo economicus* usado no pensamento neoclássico e contra um modelo de *homo sociologicus* em que um agente individual é controlado por normas e papéis sociais.

O argumento da Imersão enfatiza, no entanto, o papel das relações pessoais concretas e as redes dessas relações no surgimento da confiança e no desencorajamento da má-fé. A preferência dominante em fazer transações com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos estão realmente dispostos a confiar em uma moral generalizada ou em dispositivos institucionais a fim de evitar problemas (Granovetter, 1985).

As relações sociais são sustentadas por Granovetter (1985, p. 489) como “as principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica”. Logo, as redes de relações “constituem as estruturas que asseguram a função de manutenção da ordem” (Granovetter, 1985, p. 489). Essa afirmação de cunho funcionalista otimista feita pelo autor é reduzida, de

acordo com ele, ao se compreender que a abordagem de imersão, para a solução do problema da ordem, é menos universal do que parece. As redes de relações sociais penetram de diversas maneiras e graus nos setores da vida econômica, assim, “a desconfiança, o oportunismo e a desordem não estão, de forma alguma, ausentes” (Granovetter, 1985, p. 489).

Além disso, as relações sociais não garantem a confiança e o comportamento honesto. De certo modo, elas podem até fornecer o cenário e os recursos necessários para o oportunismo e o conflito em uma escala mais ampla do que ocorreria, caso elas não existissem. Dentre os motivos que circundam esse fenômeno estão: 1) o fato de haver confiança originada das relações pessoais apresenta uma pré-disposição à ocorrência da má-fé, pois que, quanto maior for a confiança depositada por alguém, maior é a possibilidade de haver má-intenção a fim de se atingirem determinados objetivos que não seriam possíveis na ausência dessa relação; 2) elementos como a força e a fraude são utilizados de modo mais proveitoso por grupos de indivíduos cujas estruturas requerem níveis de confiança interna; 3) a dimensão da desordem advinda da força e da fraude é dependente do modo como a rede de relações sociais está estruturada (Granovetter, 1985).

A Imersão Social, situada entre a abordagem supersocializada da moralidade generalizada e a abordagem subsocializada dos dispositivos institucionais, identifica e analisa padrões concretos de relações sociais. Assim, “essa visão não produz previsões generalizáveis (e, portanto, improváveis) de ordem ou desordem universal, mas sustenta que cada situação será determinada pelos detalhes da estrutura social” (Granovetter, 1985, p. 493). A análise detalhada das estruturas sociais constitui, para o autor, “a chave para compreender como as instituições existentes atingiram seu estado atual” (Granovetter, p. 1985, p. 505).

Portanto, a ideia da imersão na estrutura das relações sociais compõe o objeto principal e intermediário, adotado por Granovetter, entre as concepções sub- e supersocializadas. E, além de sua aplicabilidade ampla com a possibilidade de estudos sociológicos na vida econômica, sua perspectiva, para o autor, é urgentemente necessária.

O estudo desenvolvido por Uzzi (1997) traz algumas contribuições importantes para os pressupostos de Granovetter (1985). O autor constatou que os indivíduos são, ao mesmo tempo, egoístas e cooperativos, e que essas características variam de acordo com os atores que se relacionam, além de dependerem da qualidade dos laços e da estrutura da rede. Entre os elementos-chave desses laços imersos, está a confiança, sendo

a crença que um parceiro de troca não agiria em função de seu autointeresse e às custas do outro. Parece operar não como um risco calculado, mas como uma heurística – uma predileção em assumir o melhor quando da interpretação dos motivos e das ações do outro (Uzzi, 1997, p. 43).

Essa confiança abordada pelo autor é fundamental no processo social e funciona como uma estrutura de governança, que reside no relacionamento social e cognitivo entre os indivíduos. “As redes sociais facilitam a circulação de informações e asseguram a confiança ao limitar os comportamentos oportunistas” (Raud-Mattedi, 2005, p. 65-66). Desse modo, a autora explica que as relações econômicas são facilitadas entre indivíduos que se conhecem de forma direta, ou cuja reputação conhecem de forma indireta por meio de um terceiro, sendo as informações dentro da rede um “subproduto” das relações sociais, conforme afirma Granovetter (1974, p. 52).

Por conseguinte, os elementos que constituem a Imersão Social são definidos, para Granovetter (1985) como: Confiança – sentimento de segurança recíproca que advém da aproximação social entre atores que se relacionam há algum tempo; Oportunismo (má-fé) – possibilidade de um indivíduo, em relação social com os demais, agir em defesa de interesses próprios em detrimento do interesse coletivo; e Ordem – resultado legítimo da ação econômica.

Alguns trabalhos empíricos (Gonçalves, 2012; Massaro, 2015) evidenciam a possibilidade de se analisarem as relações sociais nos estudos organizacionais pela ótica da Imersão Social. O Quadro 1 apresenta essas categorias a partir dos elementos de confiança, oportunismo e ordem, que complementaram o arcabouço teórico e auxiliaram na análise dos dados do presente artigo.

QUADRO 1

CATEGORIAS DE ANÁLISE COM BASE EM GONÇALVES (2012) E MASSARO (2015)

ELEMENTOS DE IMERSÃO SOCIAL	CATEGORIAS DE ANÁLISE (PRELIMINARES E EMERSAS)	
	Gonçalves (2012)	Massaro (2015)
Confiança	<ul style="list-style-type: none"> - identificação/família - continuidade/permanência das relações (tempo despendido junto) - intimidade (mútua confidencialidade) - serviços recíprocos que caracterizam o laço - reputação ou honestidade na forma como se negocia (antiguidade da relação) - transparência/clareza <p>(Granovetter, 1973, 1992, & 2007, Tichy, Tuschman, & Fombrun, 1979; Caillé, 2004; França Filho & Laville, 2004; Gaiger, 2008)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - facilidade transacional - ação moral permeada dos laços estabelecidos - ações cooperativas - sentimento de pertença a um grupo <p>(Granovetter, 1973, 1992 & 2007; Singer, 2002 & 2004)</p>
Oportunismo	<ul style="list-style-type: none"> - experiências vividas - episódios de desconfiança - força/coerção e fraude <p>(Granovetter, 1992 & 2007)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - o risco de ação individualista - traição advinda da confiança - ações de interesses próprios <p>(Granovetter, 1992 & 2007; Lin, 2005)</p>
Ordem	<ul style="list-style-type: none"> - mercado (associações autônomas) - hierarquia (cooperativa) – relação de autoridade <p>(Granovetter, 1992, 2007)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - estruturas de governança - ausência de autoridade pura - relações de poder - Imersão: o peso das relações sociais nas ações individuais



		- ações institucionais contra a má-fé (Granovetter, 1992 & 2007; Gaiger, 2007, 2012 & 2013)
--	--	--

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE EM GONÇALVES (2012) E MASSARO (2015).

Essas categorias de análise apresentadas são preliminares, pois advêm do referencial teórico utilizado pelos autores, e emergem, por surgirem dos resultados da pesquisa qualitativa realizada. Ambos os trabalhos contemplam um modelo organizacional passível de ser estudado no campo dos Estudos Organizacionais: uma cooperativa de catadores de recicláveis no âmbito da Economia Solidária; além de se utilizarem da ótica da Imersão Social

No trabalho de Misoczky (2009), a autora faz um levantamento de trabalhos que foram realizados com base na abordagem de redes nos estudos sobre movimentos sociais. De acordo com a autora, o artigo de Ansell (2003) utilizou-se dos pressupostos de Granovetter (1985) para analisar o movimento ambientalista na área da baía de São Francisco, nos Estados Unidos. Diani, em 2003, utilizando-se dos critérios de centralidade e conexão, por sua vez, analisou o movimento ambientalista italiano da década de 1980, a fim de constatar se a retórica da descentralização e hierarquização ocorria de fato (Misoczky, 2009, p. 1165).

Esses estudos fundamentam a pertinência e possibilidade da utilização da Teoria de Redes para análise de organizações que fogem à lógica utilitarista de mercado, sendo possível, portanto, analisar as ações imersas em redes de relações sociais mediante diferentes aspectos, cujos principais são foco do presente estudo: os elementos de confiança, oportunismo e ordem.

Ações de Participação Cidadã no Contexto dos Movimentos Sociais

A atuação da sociedade civil em face das demandas e dos problemas existentes, por causa da impossibilidade de atuação de outros setores, é comumente observada em movimentos sociais por meio das ações destes. O Estado tem dificuldades na execução dos processos de desenvolvimento e a sociedade se vê subjugada pelas forças de mercado. Com isso, os movimentos configuram-se como novos caminhos em uma escala local de novas relações entre a esfera pública e o setor privado (Ajara, 2003 Melo-Silva et al., 2021).

O movimento é, por sua vez, “uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural” que, “embora composta de pequenos grupos separados, é um sistema de troca (pessoas e informações circulando ao longo da rede [...] que fornecem uma determinada unidade)” (Melucci, 1989, p. 61).

Suas ações são constituídas por atores sociais coletivos de diversas classes e camadas sociais que criam um campo político de força social na sociedade civil e se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos vivenciados pelo grupo na sociedade. Advêm, principalmente, de atores sociais que promovem a mudança em diversos cenários e exercem a participação cidadã, entendida neste estudo como um “processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações” (Teixeira, 2002, p. 30).

Para Teixeira (2002), essa participação é um processo social que, atualmente, tem demandas específicas de grupos sociais, em espaços públicos, e articula-se com reivindicações gerais e coletivas. Combina ainda o uso de mecanismos institucionais com sociais, criados no cotidiano das lutas, superando a clássica dicotomia entre representação e participação (Teixeira, 2002, p. 32-33).

Por conseguinte, dois trabalhos (Costa & Cunha, 2009; Rabelo et al., 2012) destacaram-se por abordarem a participação cidadã através de estudos empíricos. O estudo de Costa e Cunha (2009) evidencia a participação cidadã sob a perspectiva de suas possibilidades e limites nas decisões referentes às políticas públicas, com enfoque nos conselhos voltados para este fim.

Os referidos autores fazem reflexões possíveis acerca da participação cidadã ao apresentarem hipóteses para novos estudos na área. Com isso, Costa e Cunha (2009, p. 92) refletem sobre a “importância do contexto social e cultural na sustentabilidade das ações coletivas” e supõem que “a participação funciona melhor onde já exista o reconhecimento do valor da integração horizontal entre os sujeitos sociais e laços de confiança mútua e solidariedade entre eles”.

No artigo de Rabelo et al. (2012), é analisado como a diretriz da participação cidadã, prevista pela Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), se concretiza na construção de alguns planos das bacias hidrográficas e afluentes do Rio Doce. Os autores assumem como participação o acesso dos cidadãos aos processos de tomadas de decisões em determinada sociedade. Para a análise, foram utilizados documentos denominados pelos autores como “termos de referência” (TdR). O exame realizado no TdR do plano de bacia do Rio Doce revela que “a participação cidadã é expressão da correlação de forças de determinados atores em um contexto territorial e sociopolítico específico” e “é parte de um processo que não termina em si mesmo” (Rabelo et al., 2012, p. 200-201).

A organização da sociedade civil, nesses casos apresentados, se dá para o acompanhamento e gestão de políticas de desenvolvimento local através de conselhos e comitês. Todavia, os movimentos sociais também têm lutado, por meio da participação cidadã, para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas (Abers & Von Bülow, 2011; Moreira & Koermer, 2021).

Esses movimentos, segundo as autoras, “se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos”. E acrescentam: “essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado” (Abers & Von Bülow, 2011, p. 65).

Cabe dizer, então, que a participação cidadã da sociedade em movimentos sociais envolve também ações voltadas à articulação, discussão e resolução de problemas e/ou demandas do próprio poder público, dada sua incapacidade de, muitas vezes, abarcar a problemática isoladamente.

PERCURSO METODOLÓGICO

Com vistas a compreender como se manifestam os elementos de confiança, oportunismo e ordem nas relações sociais oriundas da participação cidadã no Movimento Social pela Paz em Londrina, empreendeu-se uma pesquisa qualitativa, de abordagem descritiva, cuja estratégia baseou-se em estudo de caso único. O estudo de caso se mostra oportuno, pois, segundo Godoy (2006) e Piekkari, & Welch (2018), é indicado na exploração de processos e comportamentos dos quais se tem uma compreensão limitada. Assim, essa estratégia permitiu que o estudo fosse aprofundado e se tornasse mais próximo da realidade, visto que os pesquisadores estudaram diferentes ângulos de um mesmo tema sob diferentes perspectivas de atores sociais relevantes para o cenário em questão.

A unidade de análise, neste estudo, é aquela propiciada pelo conjunto de atores que se organizam em ações de participação cidadã no âmbito do Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL). O MSPL nasceu na cidade de Londrina, Paraná, no ano de 2001, com o objetivo de desenvolver uma cultura de paz e não-violência por meio da mobilização de pessoas ligadas às organizações do Terceiro Setor, às empresas e ao Estado.

Os atores destacados, participantes nessas ações pela paz e selecionados pelos pesquisadores foram determinantes para a compreensão do fenômeno, por estarem envolvidos no processo de idealização, planejamento, implementação e fomento das ações no referido movimento.

Os dados da pesquisa são classificados como primários e secundários. Os dados primários foram coletados mediante entrevistas com roteiro semiestruturado. A seleção dos entrevistados ocorreu após uma aproximação com o movimento. Nesta etapa da pesquisa, estabeleceu-se contatos com alguns membros e buscou-se estar a parte das ações desenvolvidas no MSPL. Para isso, participou-se de uma palestra sobre a disseminação da cultura de paz proferida na Universidade Estadual de Londrina da ação Noite de Cultura, onde houve o lançamento de materiais impressos oriundos de uma campanha de divulgação

de princípios de paz em escolas locais e de uma reunião do Conselho Municipal de Cultura de Paz (COMPAZ) estes eventos ocorreram entre 2015 e 2018.

Feitas essas aproximações, escolheram-se seis integrantes do movimento atuantes em ações pela paz, na cidade de Londrina. Os atores estão descritos no Quadro 2, a partir de sua vinculação ao MSPL (sociedade civil ou poder público). Estão descritos também o ano, a função dos atores e o tempo de duração de cada entrevista.

QUADRO 2

ATORES DOS MSPL ESCOLHIDOS PARA AS ENTREVISTAS

ATORES	ORIGEM DA VINCULAÇÃO	INÍCIO DA ATUAÇÃO EM AÇÕES PELA PAZ	FUNÇÃO	TEMPO DE DURAÇÃO DA ENTREVISTA
Entrevistado 1 – (E1)	Sociedade Civil (SC) e Poder Público (PP)	2010	Membro de ONG*; membro do COMPAZ e; funcionário público.	2h38min
Entrevistado 2 – (E2)	Sociedade Civil (SC)	2001	Coordenador de OSCIP** e membro do COMPAZ	2h22min
Entrevistada 3 – (E3)	Sociedade Civil (SC)	2012	Membro do COMPAZ	1h30min
Entrevistada 4 – (E4)	Sociedade Civil (SC)	2014	Coordenadora de Projeto Social	58min
Entrevistada 5 – (E)	Sociedade Civil (SV)	2008	Voluntária	1h12 m
Entrevistada 6 – (E6)	Poder Público (PP)	2014	Voluntária	1h34m

*Organização Não Governamental (ONG)

**Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES.

Os dados secundários foram coletados por meio dos documentos produzidos pela organização, como atas de reuniões e leis, *site* oficial da OSCIP Londrina Pazeando, que registra a maioria das ações realizadas pelo MSPL na cidade e notícias (em *sites* e/ou jornais) e observação não-participante nos eventos do MSPL frequentados no decorrer da pesquisa.

Após serem transcritas na íntegra, as entrevistas foram lidas e agrupadas por categorias, perfazendo os pressupostos da análise com base em um critério “semântico”, conforme Bardin (2011), a partir do arcabouço teórico do presente estudo, bem como daquelas emersas nos relatos dos entrevistados. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos, bem como a análise e discussões destes.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Participação Cidadã no Movimento Social pela Paz em Londrina

O Movimento Social pela Paz em Londrina (MSPL) teve suas origens no início do terceiro milênio na cidade de Londrina, estado do Paraná, Brasil. Um grupo de pessoas pertencentes à sociedade civil, por meio de um vereador, levou à Câmara Municipal de Londrina a proposta de compreender e estudar caminhos para a Paz no município (Londrina Pazeando, 2022).

Apesar do MSPL ter suas origens vinculadas ao poder público no sentido de regulamentar e propor uma comissão organizadora para as atividades ligadas à promoção da cultura de paz, a iniciativa da sociedade civil, bem como de um dos fundadores do MSPL, foi preponderante em sua continuação. Essa auto-organização do grupo corresponde ao que apresenta Teixeira (2002) em que os papéis são redefinidos pelo fortalecimento da sociedade civil (indivíduos, grupos e associações) mediante sua atuação organizada e a participação cidadã. Assim, os sujeitos envolvidos dispostos a dar continuidade ao MSPL, naquele momento, representam esse cenário elucidado pelo autor de fortalecimento da sociedade civil por meio da participação cidadã.

Atualmente, diversos atores e organizações atuam no âmbito do MSPL, e suas ações se desenvolvem e se manifestam formando um movimento que visa promover uma cultura de paz e não-violência na cidade. O movimento é compreendido neste estudo como uma rede de relações sociais. Seus membros provêm especialmente da sociedade civil, mas também do setor público e do setor privado. Assim, “a rede [...], embora composta de pequenos grupos separados, é um sistema de troca (pessoas e informações circulando ao longo da rede [...] que fornecem uma determinada unidade)” (Melucci, 1989, p. 61).

Dessa maneira, os atores e representantes dessas organizações contribuem para a cultura de paz no município também por meio do Conselho Municipal de Cultura de Paz (COMPAZ). No ano de 2007, membros do Comitê Londrinense para o Desarmamento e a Comissão Organizadora das Semanas da Paz se reuniram para a discussão da pertinência de criar um Conselho Municipal de Cultura de Paz na cidade dando sequência aos trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos nesta temática. Assim, por um projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo Municipal, criou-se o COMPAZ. Há, a partir desse fato, a possibilidade de um maior ativismo dos cidadãos no âmbito estatal, além da influência no poder público, corroborando com Abers e Von Bülow (2011).

Ao contrário do que foi salientado por Costa e Cunha (2009) sobre o caráter de “órgãos oficiais” que conselhos como esses possuem, a criação do COMPAZ trouxe novas oportunidades ao MSPL por possibilitar também uma participação mais efetiva dos cidadãos na cidade de Londrina. As reuniões do Conselho são realizadas semanalmente, às quartas-feiras, e é nesses encontros que a maioria das ações desenvolvidas pelo MSPL é abordada e planejada. A atuação dos cidadãos do movimento por meio do COMPAZ é “parte de um processo que não termina em si mesmo” (Rabelo et al., 2012, p. 200-201), pois o que é decidido nesse espaço reflete também na sociedade a partir da efetivação das ações.



As relações estabelecidas no MSPL por meio de seus atores (representantes, titulares e/ou suplentes) representam, portanto, o processo complexo entre sociedade civil, Estado e mercado no âmbito da participação cidadã (Teixeira, 2002). No poder público, muitas dessas organizações formam “redes” de serviços colaborativas que, mediante os Centros de Referências, escolas e Unidades Básicas de Saúde, desenvolvem ações com indivíduos, principalmente crianças e adolescentes, que recebem atendimento especializado nesses espaços.

A partir do momento em que os cidadãos se solidarizam com a promoção da cultura de paz, passam a incorporar suas práticas em seu cotidiano e, por vezes, fazem disso uma causa de vida. Isto fica evidente a partir dos relatos dos entrevistados:

[...] muitas pessoas usam o telefone da própria casa pra fazer as ligações que precisam ser feitas, a gasolina que eu gasto é do meu carro, as viagens que a gente faz para os municípios aqui em volta pra falar da cultura de paz ou até viagens mais longas, a gente paga com o nosso próprio dinheiro. Então, assim, a gente também investe nisso, [...] não existe uma verba estadual, municipal ou federal para cultura de paz, né? (E1).

Pra mim é uma causa de vida [...] Então, educar pela paz, pra mim, passou a ser voluntário e uma profissão, né? Falei: não! Vou me dedicar de uma vez, de corpo e alma, então [...] é o olhar em relação a vida que precisa mudar e a gente defende que esse olhar tem que sair do olhar da cultura de violência pro olhar da cultura de paz. Quanto mais eu ajudar a sociedade e os outros, mais eu vou me ajudar... (E2).

Antes eu não conhecia nenhum deles (os demais membros) e desde que eu entrei nunca mais saí e não pretendo... Até o mundo ficar em paz, não sei se vai ser na minha geração, mas tá se esforçando pra que aconteça isso. [...] É exatamente essa ideia de poder melhorar a convivência das pessoas pra elas poderem ter uma vida mais em paz, né? Porque quem não tem paz, não tem uma vida boa, não tem felicidade, não tem saúde, não tem nada, né? (E3).

[...] eu entrei porque as pessoas me convenceram de que aquilo era bacana. A partir disso que eu comecei a aplicar aquilo na minha prática, eu vi que não era só bacana, que o negócio funcionava, a gente precisava de pessoas dispostas a trabalhar na perspectiva da cultura de paz, né? Que vai muito além da questão da violência, não é só isso, a gente tem a questão ambiental, do cuidado com o meio ambiente, é.. tudo, é o cuidado com o mundo, com tudo aquilo que nos cerca, então isso me deixou bem empolgada porque eu trabalho com a formação de pessoas, de crianças agora e adolescentes, então é um trabalho bacana. (E5).

Nota-se que as dificuldades existem, principalmente no que tange aos recursos financeiros, mas os ideais compartilhados possibilitam um “processo dinâmico e conjunto” (Bögenhold, 2013, p. 300). Assim, ao ter-se constatado que “a participação funciona melhor onde já exista

o reconhecimento do valor da integração horizontal entre os sujeitos sociais e laços de confiança mútua e solidariedade entre eles”, encontrou-se uma resposta afirmativa para a hipótese levantada por Costa e Cunha (2009, p. 92). A integração horizontal presente nas relações sociais no âmbito do MSPL é reforçada, portanto, pela primazia atribuída pelos atores à cultura de paz.

Por conseguinte, com base na concepção de Granovetter (1985), segundo a qual os indivíduos estão imersos em sistemas concretos e contínuos de relações sociais, tem-se a discussão proposta a partir dos elementos de Confiança, Oportunismo e Ordem, a seguir.

A Confiança, o Oportunismo e a Ordem nas Relações Sociais oriundas da Participação Cidadã no Movimento Social pela Paz em Londrina

O MSPL é, portanto, considerado como resultado das relações sociais em virtude da participação cidadã em ações pela paz na cidade de Londrina e por ser uma organização cujas práticas fogem à lógica utilitarista de mercado, comumente estudadas na área de Administração. A Rede Social do MSPL, por sua vez, contempla o conjunto de atores, representantes de organizações da sociedade civil, do setor privado e do poder público que se relacionam por meio da troca de informações, conselho ou amizade, interesses compartilhados, pertencimentos, além da confiança estabelecida (Granovetter et al., 2000). A Imersão de Redes Sociais no MSPL evidenciou o papel das relações pessoais na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé, bem como a preferência dos atores entrevistados por desenvolver ou não ações com determinados indivíduos (Granovetter, 1985). Assim, os elementos Confiança, Oportunismo e Ordem propostos por Granovetter (1985) foram analisados no contexto das relações sociais dos cidadãos do MSPL com o fito de explicar como suas ações pela paz são efetivadas.

A confiança, considerada como um sentimento de segurança recíproca em virtude da aproximação social entre os atores que se relacionam há algum tempo (Granovetter, 1985), foi identificada nas relações dos entrevistados a partir de alguns relatos. Buscaram-se indícios de confiança no modo como cada um dos membros enxerga o relacionamento entre eles no grupo por meio de suas relações cotidianas ou específicas. O entrevistado E1 evidenciou essa relação utilizando-se do funcionamento das reuniões realizadas no COMPAZ nas quais são decididas as ações pela paz na cidade:

Não, é tranquilo. Eu acho que é muito legal, a gente criou família mesmo. [...] eu já participei de muitos outros conselhos, né? [...] eu fui vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fui Secretário do Conselho Municipal dos Deficientes. Fiz parte do CONSEMA, o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o que você sente muito com esses conselhos é que, normalmente, a maioria



tem muita disputa, muita briga, né? O pessoal sempre muito tenso, principalmente os conselhos municipais que envolvem fundo, que envolvem dinheiro, são conselhos onde é muito acirrada a discussão. Como a gente não tem fundo, não tem dinheiro, o pessoal que vai para lá é voluntário, então é muito tranquilo, né? É um conselho que tem suquinho e bolachinha e o pessoal fica lá comendo amendoim, a gente faz confraternização de final de ano, então assim é bem família, né? Então as pessoas, elas estão envolvidas no trabalho e também envolvidas pessoalmente, então não somos só conselheiros, né? Nos tornamos amigos... (E1).

A aproximação social (Granovetter, 1985) entre os cidadãos pertencentes ao MSPL é evidenciada na fala do E1 à medida que ele considera que o envolvimento para o trabalho é também pessoal. Os laços interpessoais nessa rede de relações surgem em decorrência dos serviços recíprocos realizados, como as ações pela paz, e a intimidade dos atores se dá pelo voluntariado à causa e em razão de amizades estabelecidas, formando uma família (Granovetter, 1973, 1985). A continuidade dessas relações vai além do desenvolvimento de ações, como no caso das confraternizações de fim de ano.

Conforme exposto pelo E1, suas experiências vividas anteriormente (Gonçalves, 2012) em outros Conselhos Municipais evidenciaram um contexto diferente deste, o MSPL, no qual ele se encontra atualmente. Os conflitos e disputas nesses espaços se davam, especialmente, pela existência de recursos financeiros (fundos) para as ações, o que, segundo ele, não ocorre no COMPAZ. Essas experiências do E1 em outros Conselhos caracterizam o conflito em uma escala mais ampla por causa de ações oportunistas, conforme aponta Granovetter (1985).

Seria, portanto, o voluntariado, a identificação com a causa e os valores compartilhados suficiente para inibir a má-fé ou possíveis conflitos ocasionados por recursos disponíveis? Assim, outra fala do E1 pode ilustrar essa relação no MSPL quando houve um curso na cidade de Curitiba - Paraná e havia algumas passagens pagas por uma instituição para membros do movimento:

[...] a gente não tem nada que a pessoa possa dizer: ah... obtive lucro pessoal com isso a nível de lucro material, o lucro que você tem é lucro social, né? As pessoas se interessaram também, né? Porque assim... Se você tiver 10 vagas pode ficar tranquilo que aparecem 10 pra fazer a viagem. Se falar assim: olha, a gente tem 10 vagas, 5 são pagas e 5 são voluntárias, possivelmente vai uns 7 ou 8. Não vão os 10. Porque assim, o pessoal até acorda isso, quem são as pessoas importantes, que precisam ir, né? E as pessoas que: ah eu quero ir, independente de ser pago ou não, eu gostaria de ir junto... Também vão (E1).

Percebe-se no relato que o “lucro”, capaz de abrir espaço para ações oportunistas está mais relacionado ao âmbito social do indivíduo e isso caracteriza ações de interesses próprios (Massaro, 2015), como um ganho social ou visibilidade, por exemplo. No caso hipotético de existirem passagens pagas para alguns e para outros não, a decisão



seria acordada entre os membros no intuito de direcionar a vaga para aqueles que necessariamente precisariam estar presentes.

Outros indivíduos que, porventura, se interessassem em participar arcariam com as despesas e se deslocariam para Curitiba, por identificação e compartilhamento dos ideais propostos, o que caracterizaria o sentimento de pertença ao grupo (Massaro, 2015).

Com vistas à sua perenidade, o MSPL preza a liberdade de atuação de seus membros, mas não deixa de pressionar os demais indivíduos envolvidos para que as ações pela paz sejam realizadas na cidade, conforme relato de E6:

Até pelo que é o princípio do movimento, nunca tem sido de embate, também nós nunca forçamos ninguém. A gente, às vezes, pressiona.. A gente pressiona indiretamente, a gente também não omite... A gente põe outras pessoas que vão pressionar aquela, até pra que ela tome consciência e fale: tá, mas eu preciso também participar disso.. Mas a gente nunca vai obrigar ninguém, a gente pressiona pacificamente, como o pessoal do Greenpeace fazia, entrava na frente do tanque... A gente tem essa filosofia aí, a gente não vai também, porque é o movimento da paz, deixar 'pra' lá... Não! A gente não vai obrigar, mas a gente vai, sim, tentar mostrar 'pras' pessoas.. Mas na maioria do nosso movimento aqui em Londrina, esse relacionamento flui bem.. Só o fato de procurar alguém já é uma pressão, em termos... (E6).

Conquanto a flexibilidade seja uma característica presente nas relações sociais desses atores do MSPL, há uma ação moral permeada desses laços estabelecidos (Massaro, 2015). Assim, os próprios membros pressionam com o objetivo de que os demais envolvidos tomem consciência da importância de participar de determinada ação, o que confere maior confiança nas ações cooperativas (Massaro, 2015). Logo, os propósitos e objetivos do MSPL são divulgados e atingidos com maior intensidade nos espaços em que atua, em razão da mobilização de seus atores.

Quando questionados se não seria conveniente passar a responsabilidade de determinada ação, que eles consideram importantes para outra pessoa do MSPL, as respostas foram:

Tranquilo! Acho que sem problema... Até assim... Isso é o ideal nosso, que todas as pessoas são aptas a fazer tudo... Não tem uma coisa que tem que ser eu, ou tem que ser a (nome), ou tem que ser o (nome), ou tem que ser a (nome). Gente, todo mundo, né? Vai precisar fazer um círculo da construção de paz, então todo mundo que fez capacitação pode ir lá fazer, não tem que ser a gente... (E1)

[...] eu não tenho essa preocupação. Acontece o seguinte: nós 'tamo' fazendo atividades, umas coisas que alguém tem que... é igual carro, alguém tem de segurar na direção, não dá pra deixar tudo solto, não né? [...] Alguém tem que fazer algumas coisas porque senão não dá certo, chega na hora, a caixa de som não sai o som, o



microfone não funciona... Então eu já tenho sempre tudo no carro, sou preparado...
(E2)

[...] Pra outra pessoa que eu achasse que tivesse mais afinidade com aquela ação que eu queria que fizesse. [...] porque você conversando com a pessoa, se a pessoa fala que fulano não quer tal ação, a gente pega e procura outra que compre a ideia... [...] Então, ao invés de procurar essa pessoa, eu procuro outra. Então é, é mais pelo perfil... (E3)

Sim, ué! [...] é que eu acho assim, a gente tem que delegar responsabilidades e não pode centralizar muito as coisas porque depois se você não 'tá' lá, fica só na sua pessoa... E a gente... Eu não acredito nisso, eu acho que a gente precisa ampliar, até porque, se uma pessoa não estiver naquele momento, outra pessoa pode assumir... Tem que ter o mínimo de envolvimento ali, né? [...] Não qualquer pessoa, é uma coisa muito importante pra gente passar pra qualquer pessoa... [...] foi discutido? Foi conversado? Tá junto na ação? Participou de algumas coisas? Tá sabendo motivar quem é pra participar? (E5)

A confiança nas relações sociais para o desenvolvimento das ações de acordo com os fragmentos apresentados foi expressa nas falas do E1, da E3 e da E5 como algo inerente à própria condução e dinâmica do MSPL. No entanto, os membros ressaltaram a importância de que essa pessoa seja ao menos: capacitada (E1), tenha afinidade (E3) ou esteja envolvida (E4) no modo de atuação e condução das ações do movimento. Com base nas categorias de análise da existência do elemento confiança, encontraram-se duas delas: a identificação (Gonçalves, 2012), no sentido de confiar em pessoas que se identifiquem com as ações a serem desenvolvidas; e o sentimento de pertença ao grupo (Massaro, 2015), porquanto as pessoas precisam ter um nível de envolvimento (pertencimento) para que os demais membros fiquem motivados a participar. A capacitação aparece como uma categoria emersa dos dados, ao serem considerados atores de confiança para o desenvolvimento de ações no MSPL aqueles que possuem conhecimento e competência.

Na fala do E2, não obstante responder que não tenha preocupação com isso, fica evidente que há a necessidade de alguém conduzir as ações e, no seu caso, o fato de estar prevenido para possíveis problemas decorrentes facilita nesse processo. Há, de acordo com esse relato, correlação de forças de atores que conduzem determinadas ações e de atores conduzidos nesse processo (Rabelo et al., 2012), ainda que exista uma integração mais horizontalizada em prol de um objetivo em comum.

As relações sociais não garantem a confiança, podem, ao contrário, fornecerem o cenário e os recursos necessários para o oportunismo e o conflito em uma escala mais ampla. O oportunismo (ou má-fé) é a possibilidade de um indivíduo em relação social com os demais, agir em defesa de interesses próprios em detrimento do interesse coletivo (Granovetter, 1985). A partir disso, buscou-se identificar relatos que indicassem episódios de oportunismo



(ou má-fé) e possíveis conflitos decorrentes destes nas relações sociais dos entrevistados, bem como a percepção que o indivíduo tem do coletivo. Seguem as respostas dadas por alguns dos questionados sobre uma situação ou a percepção de que alguém agiu em benefício próprio no MSPL:

Acho que a pessoa acha que é muito sério, o Conselho, ainda mais de paz, se a pessoa começa a frequentar, ela fica com um... É uma coisa do assunto, ela fica mesmo: pô, vou lá... é um negócio tão sério da paz, eu vou lá ser desonesto? Isso, de ter status, sim, porque as pessoas são carentes, né? Porque elas querem aparecer na foto, tal... Mas daí elas vêm... Se começa a ver trabalho, elas já desistem logo e pronto... Lá não dá só pra aparecer na foto, eles têm um trabalho, eles não conseguem disfarçar... Mas alguns só vão na hora da foto, existe isso, vai lá na hora do evento, tudo bem, entra lá, tira foto... (E2).

Eu não vejo assim não... Porque, por exemplo, a vereadora (nome) que 'teve' participando do Movimento, eu acredito que ela foi participar porque ela acredita no movimento. Tanto é que a assessora dela participa, toda vez que tem a oportunidade, também naquele negócio da entrega da arma, ela vai, entendeu? Não é pra aparecer, ela agora não 'tá' querendo nem ser candidata de novo, mas ela ainda 'tá' participando, então, o pessoal fala: ah não, o fulano de tal quer ir só pra aparecer... Eu não acredito. Então poderia dizer que 'tá' lá por causa disso e não é. Em outros Conselhos já aconteceu, mas ali no da Paz, não (E3).

Nunca... Não.... Nunca... Mas, se acontecesse, acho que eu levaria para o grupo, um grupo maior, colocaria a questão em pauta e conversaria com a pessoa, porque é difícil, né? É uma ação que é pro bem comum... Não dá pra você querer se beneficiar com ela. Acho que vai contra aquilo que o movimento acredita. Nós não estamos falando de cidadania, de sustentabilidade, de olhar pro todo e não pra si? Acho que tem que se por assim... (E4).

Para o E2, existem pessoas que participam do COMPAZ, motivados mais pelo *status*, o de fazer parte de um Conselho Municipal, evidenciando o ganho social, o que configura interesse próprio (Massaro, 2015). No entanto, ao perceber que o órgão atua no MSPL como um grupo de trabalho, eles deixam o movimento por não compartilhar do interesse coletivo das ações pela paz propostas.

A E3 cita o caso de uma vereadora participante do MSPL, que não mostra interesse pela reeleição municipal e ainda tem uma assessora que também participa nas ações do movimento. Ela atua porque acredita no movimento, ao contrário do que outros possam achar. A experiência que a entrevistada (Gonçalves, 2012) teve em outros conselhos evidencia sua percepção de que ações oportunistas não ocorrem no MSPL, o que indica que a má-fé, ainda que exista, é muito menos percebida nessas ações pela paz.

A E4 não relatou nenhuma situação em que alguém agiu em benefício próprio em determinada ação. Entretanto, acredita que, por se tratar de um movimento em prol do bem



comum, o oportunismo deveria ser discutido por um grupo maior de pessoas, além de haver uma conversa com o próprio oportunista. Logo, a entrevistada não acredita que alguém agiria no MSPL levado por interesse próprio em detrimento do coletivo (Granovetter, 1985). A partir dessa declaração feita pela E4, identificou-se o elemento da ordem da Imersão de Redes Sociais ao perceber-se que o peso das relações dos membros atuaria como uma espécie de governança no sentido de coibir o oportunismo (Massaro, 2015).

Verificou-se, portanto, que as próprias ações e o diálogo resultam das relações sociais dos membros por se configurarem como mecanismos organizacionais do MSPL contrários à má-fé (Massaro, 2015). Concluiu-se, então, que a própria rede de relações assegura a confiança entre os membros por ser contrária aos comportamentos oportunistas (Raud-Mattedi, 2005). O fato de ser baixa, ou quase nula a ocorrência de ações em benefício próprio favorece a confiança, fortalecendo os laços da rede de solidariedade e a participação cidadã no esforço de promover a cultura de paz na cidade, fundamental em seu processo social (Uzzi, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender como se manifestam os elementos de confiança, oportunismo e ordem nas relações sociais oriundas da participação cidadã no Movimento Social pela Paz em Londrina. Partiu-se do pressuposto de que as relações sociais dos atores desse movimento estão imersas em uma Rede Social, configurando-se este como resultado de relações decorrentes da participação cidadã em ações pela paz na cidade de Londrina – Paraná. A estrutura da Rede Social do MSPL contempla um conjunto de atores advindo da sociedade civil, de organizações privadas e do poder público que interage mobilizando-se, discutindo, formulando e implementando ações na busca da promoção de uma cultura de paz.

Nos relatos dos entrevistados pôde-se ver que a confiança nas relações sociais existentes para a realização das ações é tida como elemento da condução e dinâmica do MSPL, sendo consideradas pessoas confiáveis para desenvolver ações aquelas que estejam ligadas ao movimento por se identificarem, se envolverem e estarem capacitadas.

Foi constatado o oportunismo relacionado a ganhos sociais, em que membros atuam em benefício próprio na intenção de obter visibilidade ou status, graças ao COMPAZ. O voluntariado e o bem comum compartilhado surgiram como principais características inibidoras da má-fé. A experiência vivida por alguns entrevistados em outros locais em que são evidentes episódios de oportunismo tornou mais segura a percepção que eles têm sobre possíveis ações oportunistas no MSPL.

Assim, percebeu-se que o próprio trabalho desenvolvido nas ações e o diálogo se caracterizam como mecanismos organizacionais contra a má-fé nas relações sociais analisadas. Do mesmo



modo, as discussões cotidianas não acarretam conflitos em uma escala mais ampla, o que assinalou o fortalecimento das relações com base na confiança entre os membros.

Por fim, a ordem, considerada como resultado legítimo das ações dos cidadãos no MSPL, foi evidenciada de duas maneiras. A primeira, tida como a própria atuação dos indivíduos, já que limitações externas ao movimento não impossibilitam a participação efetiva e a continuidade dele. A segunda está relacionada ao peso das relações sociais entre os membros que funciona como uma espécie de governança coibidora de ações oportunistas.

Concluiu-se, portanto, que os elementos de Imersão de Redes Sociais influenciam nas ações dos cidadãos do MSPL. Isso se dá a partir da própria rede de relações sociais formada pelos membros e que assegura a confiança no desenvolvimento das ações, limitando possíveis comportamentos oportunistas. Por isso, quando a má-fé não ocorre ou não é percebida, a confiança dos atores, como também seus laços, são fortalecidos, promovendo a continuidade do movimento. De sorte que o resultado das ações provenientes das relações sociais desempenha um papel fundamental no processo social do MSPL, que consiste em garantir a participação cidadã na promoção de uma cultura de paz na cidade.

Para contribuições futuras, sugere-se a realização de pesquisas de campo sobre a Imersão de Redes Sociais com atores de movimentos sociais possuidores de um Conselho Municipal que receba recursos financeiros (fundos) para atuação. Essa sugestão tem como razão a possibilidade de que subvenções podem despertar nos membros dessas organizações o oportunismo, não constatado no presente estudo.

REFERÊNCIAS

- Abers, R., & Von Bülow, M. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, Porto Alegre, 13 (28), 52-84, set./dez.
- Ansell, C. (2003). Community embeddedness and collaborative governance in the San Francisco bay area environmental movement. In: Diani, M., & McAdam, D. (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford University Press.
- Ajara, C. (2003). *As difíceis vias para o desenvolvimento sustentável: gestão descentralizada do território e zoneamento ecológico-econômico*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas. 50 p.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beckert, J. (2007). *The great transformation of embeddedness: Karl Polanyi and the New Economic Sociology*. MPIfG Discussion Paper, 1 (07).
- Bernardino, R. A., de Souza Conte, P. P., de Souza Dutra, I., & de Lima, C. E. (2021). Networks of nonprofit organizations and power relations. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 15(4), 1-22.

- Bögenhold, D. (2013) Social network analysis and the sociology of economics: filling a blind spot with the idea of social embeddedness. *American Journal of Economics and Sociology*, 72 (2), abr.
- Caillé, A. (2014). A sociedade mundial no horizonte. In: Nunes, B.; Martins, P. H. *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. Paralelo 15.
- Costa, F. L. da., & Cunha, A. P. (2009). Dilemas da participação cidadã na gestão de políticas públicas. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, 6 (11), 79-95, jan./jun.
- França Filho, G., & Laville, J. L. (2004). *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Gaiger, L. I. (2007). A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (79), 57-77.
- Gaiger, L. I. (2008). A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katálisis*, 11(1), 11-19.
- Gaiger, L. I. (2012). Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. *Revista Sociedade e Estado*, 27(2), 313-335.
- Godoy, A. S. (2006). Estudo de caso qualitativo. In Godoi, C. K.; Bandeira-De-Mello, R.; Silva, A. B. da. (Org). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 115-146.
- Gonçalves, D. M. (2012). *As relações sociais pela gênese de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbano do norte paranaense sob a perspectiva da imersão social de Granovetter (2007, 1992, 1993)*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, 78 (6), 1360-1380.
- Granovetter, M. (1974). *Getting a job: a study of contacts and careers*. Cambridge: Harvard University Press.
- Granovetter, M. (1985). Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, 91 (3), 481-510.
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.
- Granovetter, M. (2007). Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE eletrônica [on-line]*, 6(1). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1676-56482007000100006>. Acessado em: 13 jun. 2021.
- Granovetter, M.; Castilla, E.; Hwang, H., & Granovetter, E. (2000). Social networks in Silicon Valley. In: Lee, C. M., Miller, W. F., Hancock, M. G., & Rowen, H. S. (Eds.). *The Silicon Valley Edge*. Stanford: Stanford University Press, 218-247.
- Kirschbaum, C. (2019). Network analysis: emergence, criticism and recent trends. *RAUSP Management Journal*, 54, 533-547.

- Lin, N. (2005). *A network theory of social capital*.
<http://proclassic.com/ethnicgv/SN/SC/paper-final-041605.pdf>.
- Londrina Pazeando. *Sobre Nós*. (2022). Recuperado de
<http://londrinapazeando.org.br/quem-somos/>.
- Massaro, M. L. (2015). *A inserção socioeconômica de catadores de recicláveis: a influência de ações econômicas em imersão social de redes sociais*. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UEL- Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Melo-Silva, G., Lourenço, R. L., & Angotti, M. (2021). Parcerias Público-Privadas: modernização administrativa e relacionamentos econômicos imersos em conflitos de interesse e corrupção. *Revista de Administração Pública*, 55, 538-558.
- Melucci, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, 17, 49-66, jun.
- Misoczky, M. C. (2009). Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. *Revista de Administração Pública*, 43, 1147-1180, set./out.
- Moreira, T. F. O., & Koerner, A. (2021). Vai uma cloroquina aí? A mobilização de enquadramentos sobre a cura da Covid-19. *Plural-Revista de Ciências Sociais/USP*, 28(2), 294-312.
- Piekkari, R., & Welch, C. (2018). The case study in management research: Beyond the positivist legacy of Eisenhardt and Yin. *The SAGE handbook of qualitative business and management research methods*, 345-358.
- Rabelo, D. C., Teixeira, E. C., & Espluga, J. L. (2013). A participação cidadã no plano de bacia do rio Doce: análise a partir do Termo de Referência. *G&DR*, Taubaté-SP, 9 (3), 184-204.
- Raud-Mattedi, C. (2005). Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter. *Política e Sociedade*, 6, 59-82, abr.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2004). Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, 18(51), 7-22.
- Swedberg, R. (2004). Sociologia econômica: Hoje e amanhã. *Tempo Social*, 16 (2), 7-34.
- Teixeira, E. C. (2002). *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 224 p.
- Tichy, N., Tuschman, M., & Fombrum, C. (1979) Social network analysis for organization. *Academy of Management Review*, 4(4), 507-519.
- Uzzi, B. (1997). Social structure and competition in interfirm networks: the paradox of embeddedness. *Administrative Science Quarterly*, Ann Harbor, 4, 35-67, 1997.
- Wilmers, N., & Aeppli, C. (2021). Consolidated advantage: New organizational Dynamics of wage inequality. *American Sociological Review*, 86(6), 1100-1130.

**INFORMAÇÕES ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS DA AUTORIA****DAYANE FREIRE ROMAGNOLO**

Mestre em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
ORCID iD: 0000-0003-2291-3372 | ID Lattes: 5503049983578226
E-mail: dayaneromagnolo@hotmail.com (autor correspondente)

IVAN DE SOUZA DUTRA

Doutor em Administração, Universidade de São Paulo, Brasil.
Docente no Departamento de Administração da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
Docente no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
ORCID iD: 0000-0003-3400-5179 | ID Lattes: 0879246709347158
E-mail: ivandutra@uel.br

CARLOS EDUARDO DE LIMA

Doutorando em Administração, Fundação Getúlio Vargas, Brasil.
Mestre em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
ORCID iD: 0000-0001-7518-499X | ID Lattes: 7083419474169670
E-mail: carloseduardodelima@gmail.com

CONTRIBUIÇÃO E ATUAÇÃO EM ATIVIDADES DE AUTORIA**DAYANE FREIRE ROMAGNOLO**

Contribuiu e atuou igualmente, em relação à equipe de autoria, nas atividades envolvidas com Definições / Conceitos / Teorias, Pesquisa / Seleção / Organização / Administração dos Dados, Exame Pormenorizado / Avaliação Crítica / Validação dos Dados, Descrição e Delimitação dos Procedimentos Metodológicos, Responsabilização na Pesquisa Documentada no Artigo Submetido e Redação do Texto.

IVAN DE SOUZA DUTRA

Contribuiu e atuou igualmente, em relação à equipe de autoria, nas atividades envolvidas com Definições / Conceitos / Teorias, Pesquisa / Seleção / Organização / Administração dos Dados, Exame Pormenorizado / Avaliação Crítica / Validação dos Dados, Descrição e Delimitação dos Procedimentos Metodológicos, Responsabilização na Pesquisa Documentada no Artigo Submetido e Redação do Texto.

CARLOS EDUARDO DE LIMA

Contribuiu e atuou igualmente, em relação à equipe de autoria, nas atividades envolvidas com Descrição e Delimitação dos Procedimentos Metodológicos.
Ofereceu apoio e assistência nas atividades envolvidas com Definições / Conceitos / Teorias, Pesquisa / Seleção / Organização / Administração dos Dados, Exame Pormenorizado / Avaliação Crítica / Validação dos Dados e Responsabilização na Pesquisa Documentada no Artigo Submetido.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES DA AUTORIA**DAYANE FREIRE ROMAGNOLO**

Declarou não possuir conflitos de interesse verdadeiro (factual), possível (potencial), de ordem financeira, de ordem pessoal, de ordem acadêmica, relacionado à afiliação institucional, de ordem política e de ordem religiosa. Além dos questionados, declarou não possuir outros conflitos de interesses.

IVAN DE SOUZA DUTRA

Declarou não possuir conflitos de interesse verdadeiro (factual), possível (potencial), de ordem financeira, de ordem pessoal, de ordem acadêmica, relacionado à afiliação institucional, de ordem política e de ordem religiosa. Além dos questionados, declarou não possuir outros conflitos de interesses.

CARLOS EDUARDO DE LIMA

Declarou não possuir conflitos de interesse verdadeiro (factual), possível (potencial), de ordem financeira, de ordem pessoal, de ordem acadêmica, relacionado à afiliação institucional, de ordem política e de ordem religiosa. Além dos questionados, declarou não possuir outros conflitos de interesses.